

Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero

cursos de
**pós-
gr
adu
ação**

LÍBERO

REVISTA ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CASPER LIBERO - ANO IV - VOL. 4 - N. 7-8

Av. Paulista, 900 - 5º andar
01310-940 - São Paulo - SP - Brasil
Tels: (0_11) 3170-5875/ 3253-8078

ISSN 1517-3283



9 771517 328000



"Companhia" é o registro de um instante capturado por Brígida Rodrigues quando percorria, em um vaporetto, os canais de Veneza. Fotógrafa desde 1996, seu olhar viaja pelas ruas, movido pelo desejo de enunciar e denunciar. O encontro de seu olhar com o acontecimento materializa-se nos trabalhos realizados para o jornal-laboratório da Faculdade Cásper Líbero, *Esquinas de S.P.*, no qual é editora de fotografia. Em 2001 expôs imagens dos internos de Franco da Rocha no Memorial da América Latina. Com o grupo "Phora-de-phoco", participou da exposição "Olhares em Foco", realizada em março de 2002 na USP. Fez também um trabalho fotográfico sobre a cultura presente na favela de Vila Prudente, em São Paulo, em cooperação com o artista plástico irlandês Brian Maguirre, exposto em Roterdã em março de 2002. Ainda nesta edição, parte da cobertura fotográfica que realizou do 2º. Forum Social Mundial, em Porto Alegre, pode ser vista nas páginas 28-37.

LÍBERO - ISSN 1517-3283
Revista semestral - Ano IV - Volume 4 - Nº. 7-8
2001

Integrada à REDE IBEROAMERICANA DE REVISTAS DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO

PRESIDENTE
Paulo Camarda

DIRETOR DA FACULDADE
Eraşmo de Freitas Nuzzi

COORDENADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU / MESTRADO
Bernardo Issler

LATO SENSU / ESPECIALIZAÇÃO
Mitsuru Higuchi Yanaze

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Bizzocchi (FCSC) / Arnaldo Niskier (Academia Brasileira
de Letras) / Dov Shinar (Ben Gurion University of the Negev)
Gino Giacomini Filho (ECA/USP) / Jacques Vigneron (UMESP) /
Jacques Wainberg (PUC/RS) / José Carlos Rocha (FCSC) /
Juremir Machado da Silva (PUCRS) / Laan Mendes de Barros
(FCSC) / Liana Gottlieb (FCSC) / Michel Maffesoli (CEAQ/
França) Mitsuru Higuchi Yanaze (FCSC) Nancy Nuyen Ali
Ramadan (FCSC) Soraya Maria Ferreira Vieira (FCSC)

EDITOR
Valter A. Rodrigues

ASSISTENTES EDITORIAIS
Donato Borregas Medeiros / Fernanda Kalckmann Danelli

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL
Toshio Yamazaki

COLABORADORES

Imagens

Acervo do MASP / Berenice Fernandes Calandriello
Brígida Rodrigues / Danilo Prates / Donato Borregas Medeiros
Fernanda Kalckmann / Henrique Sassi / Instalação Nadine
Norman / Luciano Sabbatine / Odete Conceição Dias
Solange Ayaco Yokoi

Abstract
Rosemary Aparecida Duarte

Agente Cultural
Caroline Garcia

IMPRESSÃO CTP
ipsis gráfica e editora

CORRESPONDÊNCIA EDITORIAL
Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero
Pós-Graduação Cásper Líbero
LÍBERO

Av. Paulista, 900, 5º. andar - CEP 01310-940
São Paulo - SP - Brasil

Tel.: (0__11) 3170-5875 / 3253-8078
libero@facasper.com.br

www.facasper.com.br/posgraduacao

TRANSVERSAIS

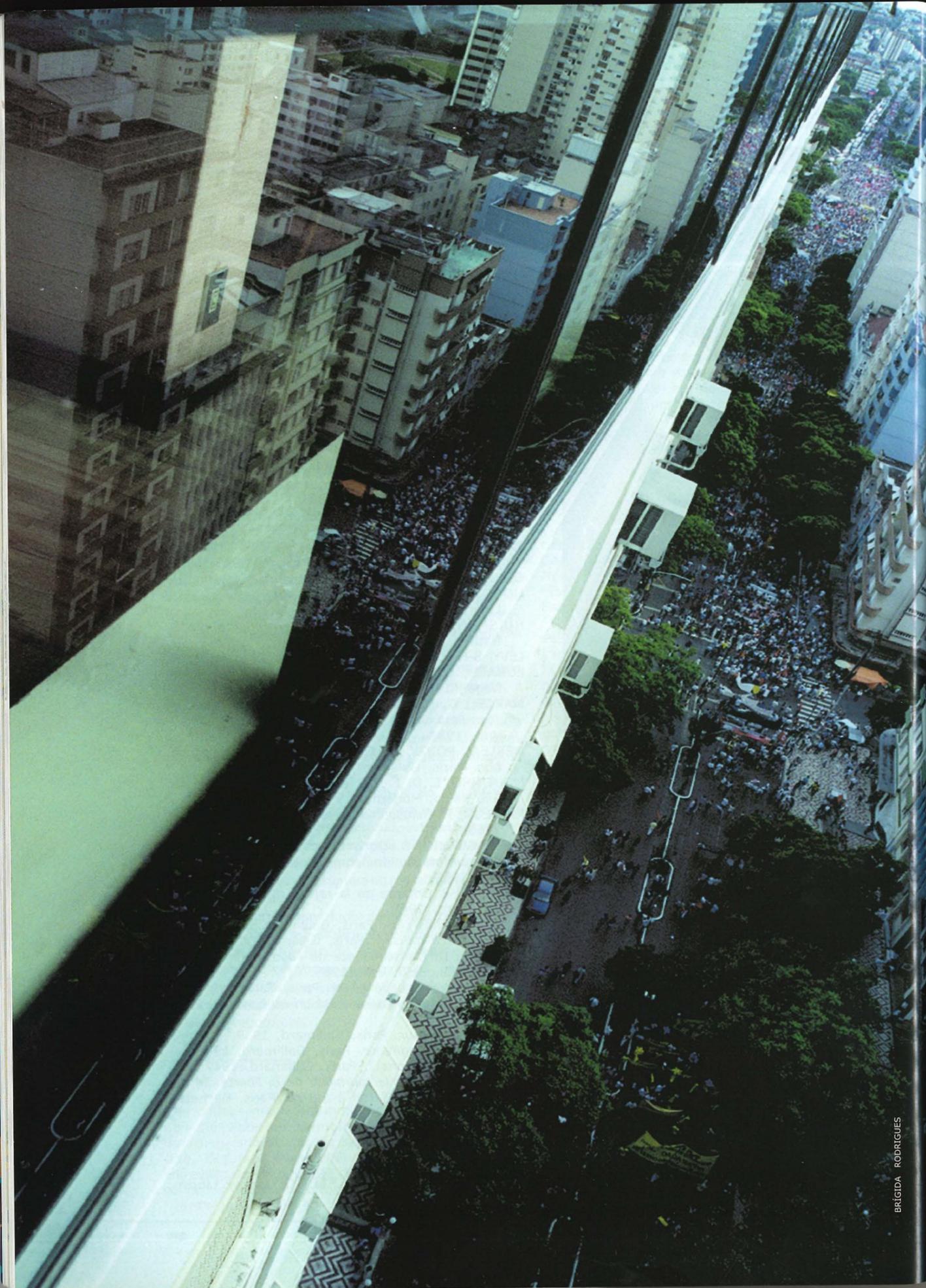
ENCONTROS Juan Carlos MOLLEDA Comunicação e mudanças organizacionais	4
Clóvis de BARROS FILHO O habitus e o nada: ensaio sobre as ilusões cruzadas	16
José Manuel Rodríguez VICTORIANO A redução neoliberal do sujeito ao indivíduo: pela recuperação de um imaginário com capacidade de transformação social	28
Eliana Pibernat ANTONINI Da contribuição de Umberto Eco aos estudos de recepção	38
Christias PANAGIOTIS Comunicar e agir na Odisséia de Homero	44
Laan Mendes de BARROS Comunicação e mercado	52
Aldo BIZZOCCHI A convergência lógico-estrutural dos discursos político e publicitário	60
Sílvia Miranda MEIRA Dadá, surrealismo e o espaço imaginário	66
Jerôme DUBOIS Call Girls, qual a aposta do encontro?	74
Solange SILVA Vestuário: comunicação e cultura	80
João FREIRE FILHO TV de qualidade: uma contradição em termos?	86
Jacques VIGNERON Comunicação interna: além das mídias	96
Liana GOTTLIEB O estatuto que a imprensa edita para a universidade brasileira: um estudo comparativo 1997-2001	102
Ivan Santo BARBOSA e Eneus TRINDADE O NIELP: paradigmas para a análise da linguagem publicitária	112
BIBLIOTECA	122
PÓS-GRADUAÇÃO CÁSPER LÍBERO	129

Há concepções que, à revelia das transformações do pensamento e da cultura, tendem a se perpetuar. Uma das mais persistentes é a de um suposto sujeito que, em sua condição solitária e atomizada, se conectaria ao mundo e aos outros homens ao compartilhar com eles representações tornadas coletivas pelos meios de comunicação de massa. Com essa concepção, pensa-se um homem que, consumindo as informações veiculadas pela mídia, poderia prescindir do acontecimento enquanto experiência vivida, reduzindo sua apreensão do mundo aos fatos por ela apresentados como notícia. Essa redução o integraria em uma comunidade que, nos movimentos da globalização, tenderia a se homogeneizar sob os regimes de signos produzidos pelos procedimentos comunicacionais.

Os textos aqui reunidos compõem algumas transversais a essa concepção, distanciando-se da certeza de um sujeito-receptor que se posicionaria em estrita e passiva dependência das mediações para compor suas percepções da realidade. A pergunta pelo sujeito entendido enquanto projeção de um passado que se atualiza em contraponto a outro que, por sua trajetória, lança-se em direção ao futuro; a inventividade que se estabelece nas construções/desconstruções do texto que se operam na leitura; a afirmação de um imaginário produtor de formas, de imagens e de realidade social; os agenciamentos entre a comunicação e a ação, o dizer e o agir; a emergência de uma ética-estética relacional na recomposição da demanda nos encontros íntimos homem-mulher; a leitura do vestuário como forma de expressão cultural e de comunicação humana; a liberdade expressiva da arte e seu poder de transformação são alguns dos temas que, nesta edição, propõem questões a essa concepção de um suposto sujeito unidimensional da comunicação. Outros textos, por sua vez, tomam como ponto de articulação os próprios procedimentos comunicacionais na composição de quadros de realidade com vistas a direcionar os fluxos de crenças e desejos e torná-los vivíveis e significáveis pelos homens em seu cotidiano, seja nas empresas, nas formas discursivas da publicidade e da política, no agendamento que a imprensa faz dos acontecimentos, nos produtos oferecidos pela televisão ao seu público, propondo reflexões que confluem para as nem sempre imediatamente apreensíveis relações entre comunicação e mercado.

Desde sua primeira edição, LÍBERO afirmou sua identidade em ruptura com o padrão usual das revistas acadêmicas, introduzindo imagens no corpo do texto, o que lhe valeu tanto críticas como elogios. Nas edições subseqüentes, preservamos esse formato original, buscando estabelecer entre texto e imagem relações de intertextualidade mais e mais consistentes. Na presente edição, que ora entregamos ao leitor, trabalhamos diferenciadamente cada texto, procurando assegurar essa consistência com maior flexibilidade e interatividade.

VALTER A. RODRIGUES, Editor



BRÍGIDA RODRIGUES

A REDUÇÃO NEOLIBERAL DO SUJEITO AO INDIVÍDUO:

PELA RECUPERAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO COM CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

JOSÉ MANUEL RODRÍGUEZ VICTORIANO

Tradução de Valter A. Rodrigues

Resumo: Acompanhando as formulações de Cornelius Castoriadis e de Anthony Elliot, este texto afirma um imaginário que, longe de ser reprodutivo e derivado das ilusões e da alienação do sujeito, é força produtiva de imagens e formas e, como tal, produtor de realidade social. Da perspectiva crítica aberta por essas formulações, é analisado o individualismo metodológico dominante nas ciências sociais que não só justifica o projeto econômico liberal como não deixa espaço para quaisquer considerações sobre emergências coletivas com potência de transformação social.

Palavras-chave: 1. Imaginário social; 2. Inconsciente; 3. Instituições; 4. Ações.

Abstract: Following Cornelius Castoriadis' and Anthony Elliot's ideas, this text assures an imaginary conception that, far from being reproductive and derived from the individual's illusions and alienation, is the productive strength of images and shapes, and, this way, the producer of social reality. From the critical view opened by these conceptions, it is studied the dominant methodological individualism in the social sciences which not only justifies the liberal economical project but also do not allow any considerations on collective emergencies aiming social changes.

Keywords: 1. Social imaginary conception; 2. Unconscious; 3. Institutions; 4. Institutional actions.

* Trabalho apresentado no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2001. Título original: La reducción neoliberal del sujeto al individuo: hacia una recuperación de un imaginario con capacidad de transformación social. Fotos de Brígida Rodrigues / Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2002.

As verdades incontestáveis têm a desvantagem de obscurecer a verdade, embotando os sentidos. Quase ninguém se alarma quando lhe é dito que em tempos de continuidade o futuro equivale ao passado. Só alguns se darão conta de que disso decorre que em tempos de mudança sociocultural o futuro não irá se parecer com o passado. Mais ainda, frente a um futuro não claramente percebido, não sabemos como atuar e só nos resta uma certeza: se não agimos nós mesmos, alguém irá fazê-lo por nós. Assim, se desejamos ser sujeitos, mais que objetos, o que vemos agora, isto é, nossa percepção, deve ser mais uma prevenção que um olhar a posteriori. (Von Foerster, 1991: 187)

Imaginário e realidade, em sua instabilidade permanente, constituem as condições de possibilidade daquilo que convencionalmente chamamos existência. Ambos suportam o trabalho, estão prenhes do que os constitui (que eles constituem): o devir... A distância em relação ao princípio de realidade, faculdade que Freud atribui ao imaginário, é, para nos expressarmos em termos correntes, também uma distância tática e subversiva: trata-se de retroceder para poder melhor saltar. (Maffesoli, 1977: 83)

Nenhuma outra técnica de condução da vida liga o indivíduo tão firmemente à realidade como a insistência no trabalho, que, pelo menos, o insere de forma segura em um fragmento de realidade, a saber, a comunidade humana. A possibilidade de deslocar sobre o trabalho profissional e sobre os vínculos humanos que com ele formam laços uma medida considerável de componentes libidinais, narcisistas, agressivos ou mesmo eróticos lhe confere um valor que não se opõe a seu caráter indispensável para afiançar e justificar a vida em sociedade. (Freud, 1988: 80)

INTRODUÇÃO

A presente comunicação indaga sobre a redução neoliberal que, aplicada aos sujeitos, os converte em indivíduos, propondo refletir sobre as possibilidades de um imaginário com capacidade de transformação social. A perspectiva que aqui mantemos se inscreve dentro da sociologia crítica. Os trabalhos realizados nessa direção incorporam às fontes clássicas das ciências sociais críticas – marxismo, psicanálise e lingüística – uma trama de perspectivas entre a física, a biologia e a antropologia e se situam, em maior ou menor medida, no marco epistemológico do chamado paradigma da complexidade.¹ Trata-se de uma perspectiva que, sustentada em uma epistemologia política, passou do pressuposto da objetividade ao da reflexividade, tornando explícito o vínculo entre os interesses dos sujeitos e os processos de conhecimento.

Contra o individualismo voluntarista, as colocações que aqui sustentamos propõem a reivindicação do imaginário social e sua dimensão coletiva de mobilização e participam de uma perspectiva concreta e material que destaca a dimensão instituinte da

subjetividade humana e sua potencialidade para a transformação social, sustentando-se na concepção teórica do imaginário social de Cornelius Castoriadis² e na revisão de sua proposta realizada por Anthony Elliott³, em sua indagação crítica sobre o princípio produtivo do imaginário para a subjetividade humana e para a vida social.

A DIMENSÃO INSTITUINTE DO IMAGINÁRIO SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

No início de *L'institution imaginaire de la société*, Castoriadis sustenta que a operação básica do imaginário consiste na produção de imagens e formas:

“O imaginário não nasce da imagem especular nem do olhar do outro. Mais precisamente, o próprio ‘espelho’ e sua possibilidade, e o outro como espelho, são obra do imaginário, que é criação *ex nihilo*. Os que falam do ‘imaginário’ e como tal entendem o ‘especular’, o reflexo do fictício, não fazem senão repetir, mesmo que sem sabê-lo, a afirmação que desde o início os encarcerou no fundo da famosa caverna: é necessário que este mundo seja imagem de algo. O imaginário do qual falo não é ‘imagem de’. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas e imagens...”

O imaginário não significa, portanto, o ilusório, o fictício ou o especular, mas sim produção de novas formas, uma produção não determinada, mas sim determinante: “O que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’” – concluirá Castoriadis – “são suas obras”. Para Castoriadis, a produção, como obra do imaginário social da sociedade instituinte, é o modo próprio de ser do campo social-histórico. A sociedade é autoprodução que se desdobra como história. Uma autoprodução semelhante à que preconizam para o mundo biológico Varela e Maturana, embora com uma diferença radical: no mundo social, a autonomia não é um limite, mas uma abertura.⁴

“A autonomia do ser vivo é seu limite, seu limite de organização, de informação e de conhecimento. Esse limite significa que o funcionamento do ‘si mesmo’ vivo e sua correspondência com as diversas ‘coisas’ que são exteriores a ele estão governadas por regras, por princípios, por leis, por sentidos que são dados pelo ser vivo, mas que, uma vez dados, o são de uma vez por todas, e cuja mudança, quando sobrevém, parece aleatória. Mas isso é o que chamaríamos – que eu chamo – heteronomia no mundo social-histórico: o estado em que são dados de uma vez por todas os princípios, os valores e as leis, as normas e as significações, no qual a sociedade e o indivíduo, segundo cada caso, não tem nenhuma possibilidade de trabalhar sobre eles”.

Contrariamente, a autonomia do mundo social é uma criação histórica que teve sua origem na antiga Grécia e



BRÍGIDA RODRIGUES

supõe uma nova forma de ser que coloca em tela de juízo sua própria lei de existência e sua própria ordem dada:

“A autonomia” – escreve Castoriadis – “toma aqui o sentido de uma autoinstituição da sociedade, autoinstituição, em primeiro lugar, mais ou menos explícita: nós fazemos as leis, o sabemos, e somos responsáveis por nossas leis, de modo que devemos perguntar-nos: ‘Por que esta lei e não outra?’ Isso implica, evidentemente, o aparecimento de um novo tipo de ser histórico no plano individual, isto é, o aparecimento de um indivíduo autônomo que pode perguntar-se e também perguntar em voz alta: ‘É justa esta lei?’”

Em sintonia com Castoriadis, Anthony Elliott, em sua contribuição à tarefa de reformular problemas-chave da teoria social e da psicanálise, aborda em profundidade os processos psicológicos do sujeito e as relações sociais humanas, assim como as manifestações de ideologia e de poder e as análises sobre a sexualidade e as divisões de gênero. Nesse contexto, sustenta que a teoria social deve reconhecer – de uma forma que, em sua opinião, não foi feita até hoje – que a natureza do inconsciente é uma fonte constitutiva e criadora da subjetividade humana. Considerado isso, indaga sobre o princípio produtivo do imaginário para a subjetividade humana e seu desempenho paralelo na vida social.

Contra o pós-estruturalismo de inspiração laciana, que entende o imaginário como uma ilusão e o sujeito como um “significante” submetido à força hegemônica da lei, apresenta a natureza imaginária do inconsciente como uma fonte produtiva da subjetividade, da imaginação e da autotransformação. O imaginário tem, como em Castoriadis, uma dupla vertente: por uma parte, constitui uma base de inovação e de criação; por outra, é a inscrição do sujeito na opressão e na dominação da ordem social:

“O inconsciente” – sustenta – “é mais uma questão ‘de atividade’ de representação individual e coletiva que de linguagem, é mais um efeito produtivo de formas de representação, de impulsos e de afetos que de significação. Sendo a outra face da linguagem, o inconsciente tem um papel de eixo organizador na constituição e reprodução da subjetividade dentro das relações de poder e dos interesses sociais contemporâneos. Mas isso não obriga a vê-lo como um subproduto passivo do campo social” (p. 28).

Em síntese, em contraposição ao modelo pós-estruturalista de inspiração laciana, Elliott propõe um modelo afirmativo da produção psíquica fundamentado nas seguintes diferenças e definições.

O inconsciente

Opondo-se à definição do inconsciente como uma estrutura organizada como linguagem, define-o como um sistema psíquico distinto que produz representações, impulsos e afetos.

O imaginário

Afastando-se da definição de imaginário como ocultações alienantes e ilusórias geradas por uma falta ontológica mais profunda, define o imaginário inconsciente como um traço constitutivo e criador da vida psíquica. A natureza do inconsciente é uma dimensão imaginária constitutiva da vida psíquica, e a subjetividade, uma dimensão pela qual o sujeito se “abre” a si mesmo, aos outros, à razão e à sociedade.

O sujeito

Contra a concepção do sujeito como um objeto narcísico de desconhecimento imaginário, descentrado pelo poder determinante do simbólico, apresenta a identidade do sujeito como o entrelaçamento de uma atividade representativa imaginária e de formas simbólicas, o que implica tanto autonomia como heteronomia. Em outras palavras, em um plano individual e coletivo, os sujeitos humanos nunca são modelados passivamente pelas formas simbólicas da sociedade, mas sim, recebem ativamente essas significações e as remodelam de maneira criadora através de uma atividade de representação.

A dialética autonomia/alienação

Contra a consideração da alienação do sujeito como um traço necessário para a entrada na ordem simbólica da linguagem, considera que as vias libertária e repressiva da identidade própria se dão no interior de relações sociais específicas e ideológicas de dominação e poder. Define a autonomia individual e coletiva como relação transformada entre intenção consciente e representação inconsciente e considera o imaginário como decisivo para essa reorganização na economia do sujeito. Sustenta, em definitivo, apesar dos aspectos anti-produtivos do imaginário de "segunda ordem"⁵ que caracteriza nossa atual experiência contemporânea de nova desordem mundial e de ameaça paralela de uma aniquilação total da espécie humana, via holocausto nuclear, via destruição ecológica, que o caráter aberto das possibilidades coletivas, assim como a realização de um futuro desejável, só podem brotar sobre a emancipação da capacidade imaginária dos seres humanos para a reflexão crítica e a transgressão.

O fundamento último dessa colocação, que se assenta na relação entre necessidades humanas e transformação social, é a existência de certas necessidades humanas trans-históricas – alimento, abrigo, separação e individuação... – que dão nascimento a um nexos vital entre os interesses materiais dos seres humanos e o espaço criador do qual se desdobram o desejo inconsciente e a simbolização. As necessidades mediadas, naturalmente, pela sociedade e pela história, são o ponto de partida da crítica social e do juízo político.

Em definitivo, a importância da abordagem de Elliott, da perspectiva de uma ecologia política, está na conceituação dinâmica da relação entre o imaginário e a atividade social com sua potencialidade emancipadora individual e coletiva; a relação entre o imaginário e a atividade social está unida pela aptidão dos seres humanos para exercer uma reflexão crítica sobre as fontes profundas de sua atividade de representação, sua sexualidade, suas necessidades e sentimentos. Na prática clínica da psicanálise, encontra-se essa reflexão crítica que supõe, às vezes, uma transformação entre o eu consciente e a representação inconsciente. Quanto à crítica social, é esse aspecto reflexivo de autocrítica que capacita para interpretar e para transformar os nexos entre experiência humana e instituições sociais; da mesma forma – e esse é um dado central para uma transformação das imagens sociais sobre a ecologia em um sentido emancipador –, para detectar as modalidades mistificadas que reprimem ou deslocam sobre outros a atividade humana:

“Entretanto, se as possibilidades de autonomia individual e coletiva de maneira alguma nos estão predestinadas, a psicanálise nos oferece uma dupla lição. Se a teoria do inconsciente demonstra que o sujeito humano não está unido consigo mesmo, mas sim clivado interiormente, também descobre nos rincões da psique as sementes da criatividade, da inovação e da renovação”. (1995: 347).

**A REDUÇÃO LIBERAL
 DA SUBJETIVIDADE HUMANA**

A elaboração de um relato com aspiração ao rigor sobre o imaginário e os nexos entre psique e cultura requer como condição indispensável que se reconduza a



BRIGIDA RODRIGUES

subjetividade aos contextos sociais e históricos dos quais ela emerge. Situando-nos na escala ampla do neoliberalismo contemporâneo, podemos constatar como a índole cada vez mais instrumental e mercantilizada dos processos capitalistas obriga aos sujeitos a declinar de sua autoconsciência, perdendo autonomia, e encerrando-os na virtualidade ilusória da auto-suficiência⁶ narcísica. O individualismo metodológico é o necessário correlato teórico, dentro das ciências sociais, de tal auto-suficiência narcísica. Seu suposto teórico: o sujeito radical e antropologicamente livre atuando em situações artificialmente simplificadas e a-históricas se estende, a partir da crise dos anos 70, aos diferentes campos do conhecimento: filosofia, politologia, psicologia, sociologia. Sem menosprezar sua hegemonia em todas as ordens sociais e seu alto valor de troca nos círculos acadêmicos, em termos teóricos não vai muito além – como oportunamente assinalam Luis Enrique Alonso e Javier Callejo – de uma reedição do velho liberalismo mercantilista assentado sobre um individualismo possessivo:

“Face à visão grupalista e convergente da mesocratização social da era keinesiana e social-democrata, a nova retórica das ciências sociais tende a estar presidida pelas caixas pretas e pelas



BRIGIDA RODRIGUES

construções formalizadas de inspiração microeconômica, precisamente para que os grupos fortalecidos pela economia financeira dos anos 80 encontrem em sua retórica abstrusa e em seu apelo à cientificidade – e à tecnologia – sua dinâmica própria de elitização e separação social. Visão que tende a consagrar uma percepção absolutamente micro da sociedade e das relações de seu grupo de referência com a sociedade, e que traz, a ela associada, logicamente, a desconfiança em relação a qualquer tipo de ação coletiva comunitária.⁷

Desse modo, a ordem social encontra-se enredada no registro do real instituído pela teoria dominante do imperialismo econômico – uma ordem econômica cujo delírio comporta a aspiração totalitária a um mundo puro e perfeito –, ficando expurgados – etimologicamente, expurgar alude à perda dos frutos nascentes pelas árvores e vinhas – e dissociados de tal realidade os componentes imaginários e simbólicos vinculados à transformação social.

A partir de tal norma, que imperativamente rege a correção política contemporânea, fica sancionado socialmente tanto o sair das soluções tópicas como a busca especulativa ou teórica de outros caminhos. Da maximização dos rendimentos econômicos devém a única lei de valor:

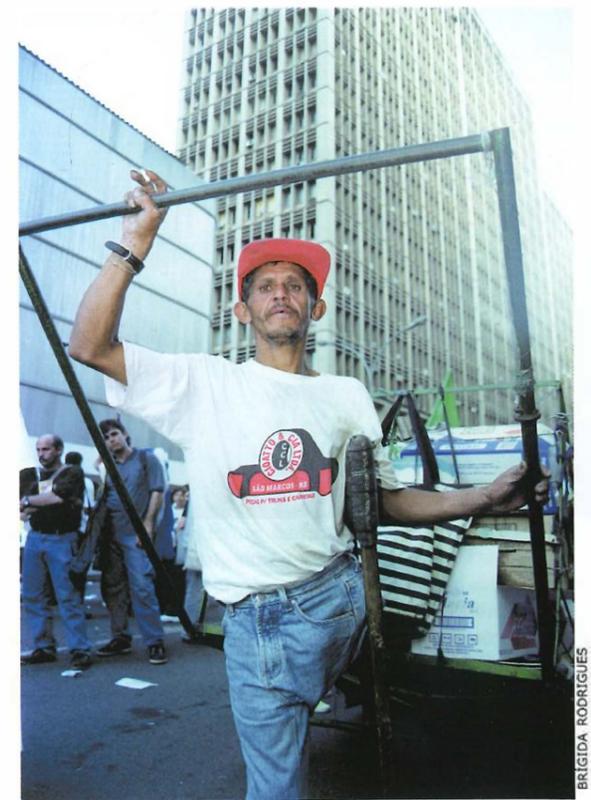
“Não há outro valor – escreve Jesús Ibáñez,⁸ perguntando-se pela responsabilidade dos intelectuais – que a performatividade: o rendimento, a correlação entre inputs ou induções e outputs ou deduções... assim nos lançamos por todos os atalhos: pelo atalho das violações dos direitos humanos (o fim justifica os meios), pelo atalho da indústria armamentista (é mais rentável), pelo

atalho dos poderes fáticos (não compreendo como há gente de esquerda quando os da direita também vivemos). Uma imensa tautologia ameaça deglutir-nos. Não importa para onde vamos, importa o quão depressa andemos (o ritmo da modernização)”.

**O HOMO OECOMICUS: UM MR. HYDE
 INDIVIDUALISTA E MERCANTILISTA**

Embora não faça parte dos objetivos deste *paper* aprofundar a crítica ao liberalismo econômico, torna-se necessário mostrar os traços com os quais, de uma mesma gênese sócio-histórica, tratou-se de reduzir a subjetividade humana e a exploração imaginária do possível na vida social à estrita racionalidade econômica da doutrina liberal. Acompanhando Karl Polanyi e Pierre Bourdieu, seguiremos, da gênese sócio-histórica do liberalismo ao processo de redução da subjetividade humana e sua concreção atual.

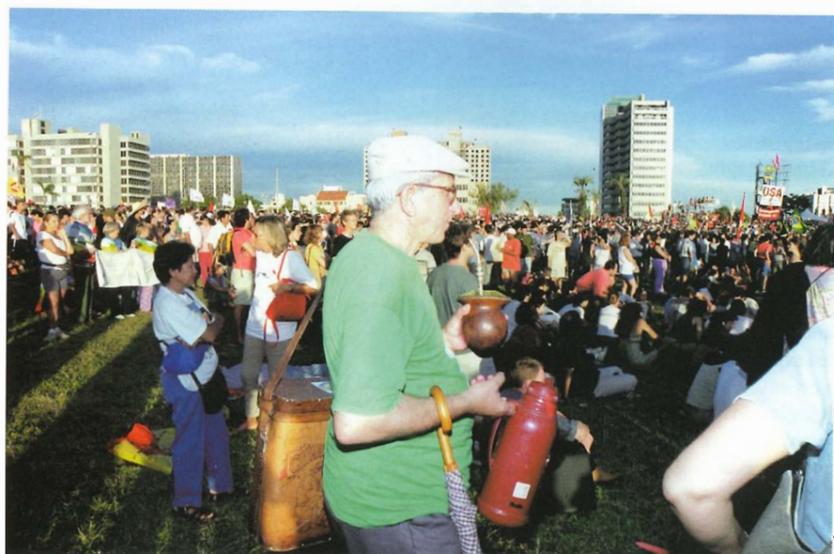
Em *La gran transformación*, Karl Polanyi amplia e fundamenta, a partir da antropologia econômica, a noção de fenômeno social total de Marcel Mauss; um conceito que, como se sabe, implica uma análise cada vez mais profunda (completa) de fenômenos sociais concretos e, em última instância, busca acrescentar o número de realidades conhecidas na interseção entre o individual e o coletivo. A perspectiva histórica da investigação de Polanyi⁹ leva a uma conclusão evidente: o determinismo econômico que, desde o século XIX, caracteriza as sociedades ocidentais européias, é um fato único e excepcional na história da



BRIGIDA RODRIGUES

humanidade: trata-se de uma tentativa de instituição, pelo Estado, de um mercado econômico auto-regulador. Quais são as conseqüências desse fato? Em primeiro lugar, o aparecimento de uma esfera econômica autônoma como conseqüência da transformação conjunta (também numa primeira vez) do trabalho, da terra e do capital em mercadoria. Significa, em segundo lugar, e como efeito dessa transformação do trabalho, da terra e do capital em mercadoria, a submissão da sociedade às leis do mercado econômico, com a conseguinte destruição de todas as formas passadas de vida comunitária. Significa, em terceiro lugar, a crença no progresso entendido como crescimento e acumulação econômica ilimitada, medido no incremento constante do consumo de energia *per capita* como objetivo social último. Implica, finalmente, na preeminência teórica e prática do individualismo moderno.⁹ O indivíduo – entendido como ser moral, independente, autônomo e anterior ao social – se converte em valor máximo, a cujo serviço deve pôr-se a sociedade. Com essa concepção, tornam-se inseparáveis o desenvolvimento social, a realização da sociedade e a doutrina econômica liberal que se expressa na economia de mercado capitalista. O fascismo será para Polanyi uma expressão extrema e dramática da filosofia econômica liberal.

Considerando nosso presente imediato, Pierre Bourdieu,¹⁰ ao perguntar-se sobre a essência do liberalismo, escreve:



“Essa teoria tutelar é uma pura ficção matemática baseada, desde sua própria origem, em uma formidável abstração, que, em nome de uma concepção tão estreita como estrita da racionalidade, identificada com a racionalidade individual, consiste em pôr entre parênteses as condições econômicas e sociais que dizem respeito às normas racionais e as estruturas econômicas e sociais que são a condição de seu exercício”.

Entretanto, essa teoria “des-socializada” e “des-historicizada” de efeitos devastadores possui hoje, mais do que nunca, segundo Bourdieu, os meios para converter-se em verdade empiricamente verificável, já que não é mais um discurso ideológico, mas sim um discurso forte e difícil de combater, porque

“dispõe de todas as forças de um mundo de relações de forças que ele contribui para tornar tal e como é, sobretudo orientando as opções econômicas daqueles que dominam as relações econômicas, somando assim sua própria força, propriamente simbólica, a essas relações de força. Em nome desse programa político de conhecimento convertido em programa político de ação se realiza um imenso trabalho político... um programa de destruição metódica dos coletivos”.

Na década de 90 o ultraliberalismo e a globalização econômica configuraram um cenário social em que a autoexploração¹¹ desavergonhada do sistema por si mesmo se acrescentou à crescente exploração quantitativa e qualitativa dos seres humanos e da natureza. Emergência da sociedade de risco¹² que ameaça

“transversalmente tanto o social, o cultural e o econômico como o local e o global. Ameaça civilizatória no macro, que a crise ecológica expressa privilegiadamente; e ameaça individual e coletiva no micro, que se expressa econômica e socialmente na crescente vulnerabilidade e fragmentação social que salpicam e ameaçam a cotidianidade imediata:¹³ especulação financeira e constante risco de quebra do capitalismo de cassino, redução do custo da mão-de-obra, flexibilização, precarização e desregulamentação do mercado de trabalho, imposição mass-mediática unilateral do chamado pensamento único, conformismo generalizado. Ameaças, todas elas, demarcadas, nas sociedades ocidentais, dentro do desmantelamento programado de importantes espaços de segurança pública que garantiam o Estado do Bem-Estar”.

No plano do imaginário social instituído e da vida política, a ascensão da insignificância, a redução neoliberal do imaginário social, o aumento, em definitivo, da heteronomia individual e coletiva e a correlativa diminuição da democracia participativa e da liberdade são, para Castoriadis, suas concretas expressões atuais.¹⁴

Sem dúvida, estamos distantes de concluir que o imaginário de segunda ordem se imporá de forma totalitária no espaço social; os novos movimentos sociais são, entre outras coisas, uma demonstração do contrário. Eles expressam uma vontade de cidadania construtiva que

supõe uma resposta concreta a problemas concretos. Assim, nas palavras de L. E. Alonso:¹⁵

“Longe do fim da história, ou melhor, utilizando o fim da história para retornar a ela transformando-a... hoje se está difundindo cada vez mais a visão do que realmente são os espaços de segurança, cooperação e reflexão construtiva em uma sociedade cada vez mais anômica e produtora de riscos”.¹⁶

A ficção da autonomia do indivíduo liberal carrega, implícita, uma crença, a da igualdade. Igualdade perante Deus, perante a Lei, perante o Mercado. Essa crença é fundamental para o funcionamento das sociedades ocidentais reguladas por lutas de classes; por um lado, potencializa o funcionamento da democracia formal e representativa, mas, por outro, bloqueia os caminhos para uma autonomia real dos sujeitos e das coletividades.

Vejamus essa questão seguindo a perspectiva de Ibáñez. Em um artigo intitulado “Nada para el pueblo, pero sin el pueblo”¹⁷, ele reflete sobre os limites e possibilidades da democracia formal e representativa. Para Ibáñez, a proposta que fazem – nas sociedades reguladas por lutas de classes – os que mandam aos que são mandados se condensa na seguinte frase: “Amanhã, cadáveres, gozareis”. Um contrato leonino, através do qual os que mandam propõem trocar o fato do sofrimento dos vivos no presente por um dito sobre o gozo dos mortos no futuro. Essa proposta é formulada em três linguagens: religiosa, jurídico-política e publicitária. Nas três linguagens subjaz uma crença implícita: somos todos iguais perante Deus, perante a Lei e perante o Mercado. Vejamus sua formulação. Na linguagem religiosa, se assume a proposta completa: “Amanhã, cadáveres, gozareis”, o gozo se pospõe para depois da morte. Na proposta jurídico-política, se afirma o gozo, mas diferido a um futuro na vida: “Amanhã gozareis”. Por último, na linguagem publicitária, própria do capitalismo de consumo, a proposta acentua o “Gozareis”; um gozareis que, em sua radical imediatividade virtual, troca o presente pelo futuro, se apropria da realidade e abandona os sonhos. A interiorização do sentimento de dívida dos mandados – secularização da gratidão cristã –, para com os que mandam é o mecanismo que permite manter o pacto.

Em definitivo, embora formalmente sejamos todos indivíduos iguais, na prática uns podem e outros devem, os primeiros monopolizam os direitos, os segundos as obrigações. O aprofundamento na democracia supõe tentar alcançar uma autonomia individual e coletiva real, recuperar nosso imaginário de transformação social. Tornar real a proposta de uma igual liberdade para todos, tendo em conta que a autonomia efetiva do conjunto social deve ser uma preocupação fundamental de cada um, a tarefa consubstancial dos cidadãos. O esquecimento dessa evidência, nas palavras de Castoriadis, é um dos



inumeráveis esgotamentos do individualismo contemporâneo.

A ideologia neoliberal, no terreno da política social, se caracteriza por apresentar propostas que buscam resolver, com soluções individuais e culturais, os problemas públicos e socioeconômicos. Sua propaganda vende soluções individuais e privadas a problemas sociais e públicos. Desse modo, a propaganda neoliberal postula a boa vontade individual como resposta à precarização e à perda dos direitos sociais dos cidadãos: saúde, moradia, educação ou serviços sociais.

Em resumo, o conjunto de transformações econômicas, políticas e culturais que acompanharam o processo de reestruturação do sistema capitalista das três últimas décadas acelerou a descomposição das fontes de legitimidade das identidades da modernidade. Os conceitos de pós-modernidade (Lyotard, Lyon, Harvey), sociedade da informação (Castells) ou era pós-socialista (Frazer) remetem à progressiva corrosão das instituições e organizações que, construídas em torno do estado democrático e do pacto keynesiano entre capital e trabalho, lhes serviam de suporte. As identidades “sólidas”: trabalho, família, Estado de Bem-Estar, juventude, masculinidade e feminilidade... ficaram expostas à intempérie. Sua tendência para desvanecer-se no ar obriga, cada vez mais, a homens e mulheres convertidos em “sujeitos em processo” (Kristeva), a cruzar a fronteira da pós-identidade (Jarauta). Um território no qual os sujeitos produzem sua continuidade identitária mediante a reflexividade e a negociação intersubjetiva e a radicalização da democracia participativa. A pós-identidade é um território fractal, ambivalente, contra o desmoronamento angustioso das certezas que proviam as identidades modernas contra a morte do sujeito e da imaginação na teoria social contemporânea; emerge um espaço de abertura, um espaço para uma imaginação radical, que foge das ilusões narcisistas totalizadoras, capaz de abrir novas possibilidades para a intervenção e a transformação social. Dessa subversão imaginária emergem as apostas pela produção de identidades nômades, híbridas e polivalentes, identidades capazes de colocar em questão, mediante sua própria prática, os processos de dominação social.

**A REDUÇÃO NEOLIBERAL DO SUJEITO AO INDIVÍDUO:
PELA RECUPERAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO COM CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Notas

¹ Uma excelente apresentação, em sentido didático, do pensamento sistêmico se encontra no recente livro de Fritjof Capra intitulado *La trama de la vida*; uma perspectiva de los sistemas vivos, publicado pela Editorial Anagrama. Por outro lado, no suplemento de *Anthropos*, n. 22, "Nuevos avances en la investigación", pude ser encontrada uma apresentação exaustiva da epistemologia da complexidade da perspectiva da investigação social. Quanto à sociologia de inspiração ecológica, pode-se destacar a apresentação que faz Morin em *El metodo*; la vida de la vida (Madrid, Ediciones Cátedra, 1983), em particular, os capítulos IV, V e VI da primeira parte. Fundamentações mais completas, no sentido de integrar ao desenvolvimento epistemológico as implicações políticas, podem ser encontradas no texto clássico de Enrique Leff, *Ecología y capital*; racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable, publicado por Siglo XXI, assim como no artigo de Jesús Ibáñez, "Hacia una ética de la (eco)responsabilidad", incluído na recopilación de seus textos que, com o título *A contracorriente*, foi publicado recentemente pela Editorial Fundamentos. Por último, cabe assinalar um pequeno paradoxo: o paradigma cibernético não se opõe ao pensamento simples; um dos abusos no uso do paradigma da complexidade dentro das ciências sociais é sua derivação para a simplificação do "a-historicismo", que concede máxima prioridade à sintaxe e esquece a semântica e a simplicidade do "individualismo metodológico". De ambas, um bom exemplo é a introdução realizada por Juan Gutierrez, da Universidad Europea de Madrid, à obra de Jean-Pierre Dupuy, *El sacrificio y la envidia*.

² Cornelius Castoriadis, *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil, 1975, p. 7-8.

³ O texto de Elliott se intitula *Teoría social y psicoanálisis en transición*; sujeto y sociedad de Freud a Kristeva (Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1975); no último capítulo, Elliott sintetiza as possibilidades do imaginário social.

⁴ Cornelius Castoriadis, *Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto*, Barcelona, Gedisa, 1994, p. 76-77.

⁵ O conceito de imaginário de "segunda ordem" provém de Castoriadis, e alude à reestruturação do imaginário na modernidade sob formas destrutivas, assinalando como as representações culturais e simbólicas utilizam o imaginário e o replasmam de maneira corrosiva e destrutiva. Entretanto, e este é um fato decisivo, o grau com que o imaginário se inscreve no interior das formas sócio-simbólicas não é um processo totalizante ou unilateral.

⁶ Em termos psicanalíticos, a repressão e a dissociação são os mecanismos que permitem essa operação. Segundo Freud (*La escisión del yo en el proceso de defensa*, 1938), a função do eu é integradora, associativa e busca a síntese. Entretanto, perante o conflito, essa função pode cindir-se; aceitando, de um lado, as exigências da realidade – mediante a repressão pulsional que pode dar lugar ao sintoma – e, por outro, permitindo que a pulsão consiga sua satisfação mediante o repúdio e negação da realidade, na ilusão narcísica. Em definitivo, repressão e repúdio são respostas contrapostas e

coexistentes. Em termos sociais, a ordem neoliberal, como veremos na seqüência, impõe drasticamente suas exigências e trata de reduzir as resistências frente a dita normatividade ao espaço individual da negação e repúdio narcistas, o que é perfeitamente compatível com tal ordem.

⁷ Luis Enrique Alonso y Javier Callejo, Consumo y individualismo metodológico: una perspectiva crítica, em *Política y Sociedad*, nº16, mayo-agosto 1994, p. 118.

⁸ Jesús Ibáñez: *Por una sociología de la vida cotidiana*. Madrid, Siglo XXI, 1994, p. 250.

⁹ Em sua revisão histórica das sociedades e dos sistemas econômicos, K. Polanyi escreve: "Pode-se afirmar, em geral, que todos os sistemas econômicos que conhecemos, até o final do feudalismo na Europa ocidental, estavam organizados conforme os princípios da reciprocidade, da redistribuição, da administração doméstica, ou de uma combinação dos três. Esses princípios se institucionalizaram graças à ajuda de uma organização social que utilizava os modelos de simetria, de centralidade e da autarquia, entre outros" (1989: 100).

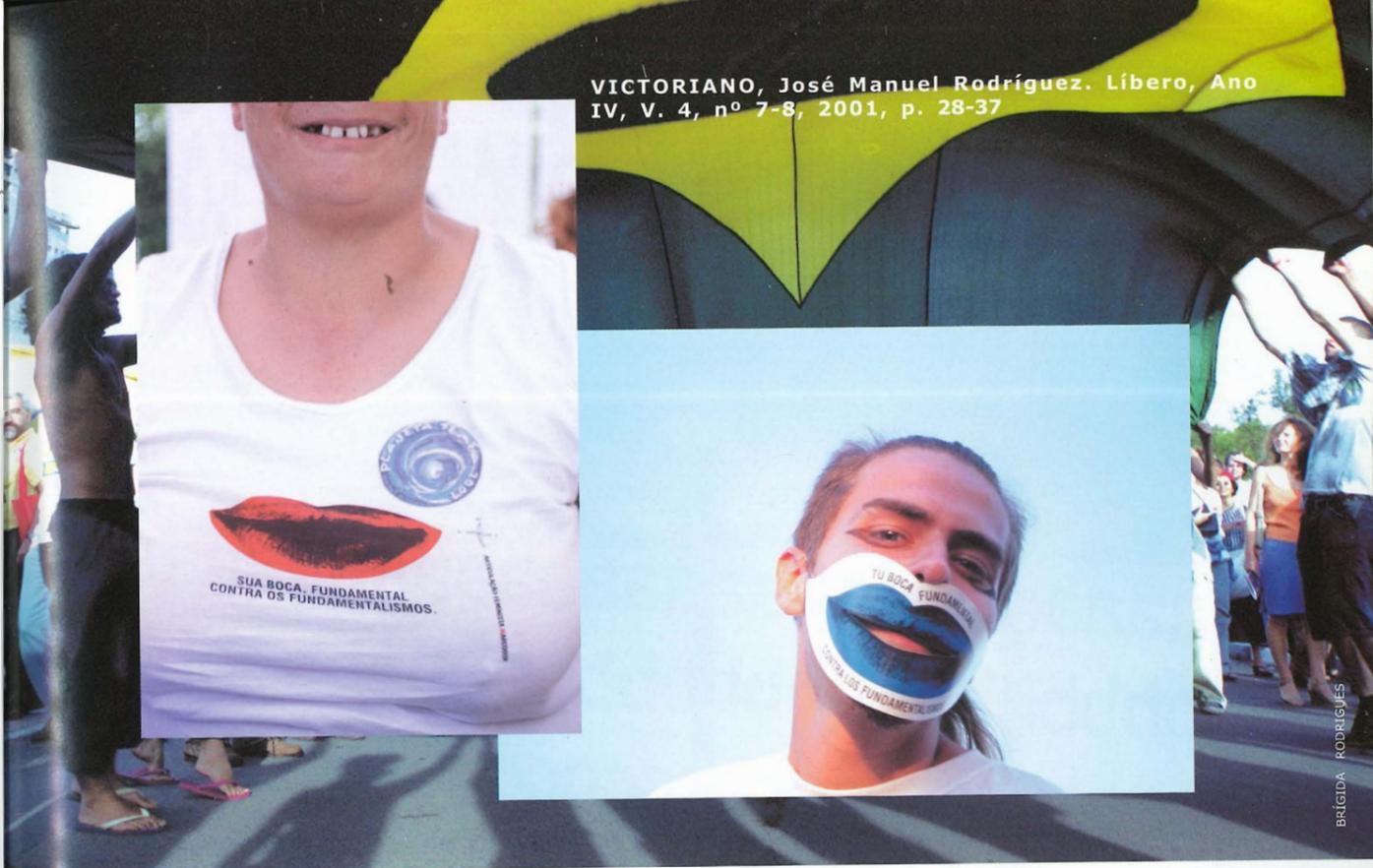
¹⁰ A esse respeito, é bastante instrutiva a crítica clássica, a partir da ecologia política, feita por Martinez-Alier em *L'écologisme y L'economía*, Barcelona, Edicions 62, 1984.

¹¹ Pierre Bourdieu, Le néo-liberalisme, utopie (en vie de réalisation) d'une exploitation sans limites, em Pierre Bourdieu, *Contre-feux*, Paris, Editions Liber Raisons D'Agir, 1998, p. 109.

¹² Conforme a proposição de Ibáñez, a autoexploração supõe a exploração reflexiva do organismo ou texto ou sistema por si mesmo. Trata os fins de um modo tal que os impede de continuar sendo fins. Esse tipo de exploração produz um excesso de aderência da informação pela informação e conduz a um fechamento do sistema sobre seus limites. Ele se produz quando o sistema tende a fechar-se à busca de novos fins e à transformação de suas estruturas. A teoria psicanalítica, em um nível microindividual, e a teoria marxista, em um nível macrosocial, dão conta desse tipo de exploração. O sistema social é um sistema aberto à busca de novos fins e à transformação de suas estruturas, sendo os indivíduos humanos os operadores dessa abertura. A abertura do sistema se reflete nos indivíduos como um poder de fazer perguntas que ninguém pode responder: a autoexploração implica o fechamento do sistema, que se reflete nos indivíduos como sujeição às respostas que obturam o poder de perguntar. Ver Jesús Ibáñez, Hacia un concepto teórico de explotación, em Jesús Ibáñez, *El regreso del sujeto*, Madrid, Siglo XXI, 1994, p. 147-167.

¹³ Ver Ulrich Beck, La irresponsabilidad organizada, em Herman E. Daly, Cristian Schütze & Ulrich Beck, *Crisis ecológica y sociedad*, Valencia, Germania, 1997, p. 35-54.

¹⁴ Ignacio Ramonet contribuiu para divulgar a noção de "pensamento único", uma espécie de terrorismo do pensamento, cuja singularidade estaria, de acordo com Castoriadis, em ser o primeiro pensamento que propõe e busca o desaparecimento integral do pensamento. Por sua vez, Pedro Montes, em *El desorden neoliberal* (Madrid, Trotta, 1996), desenvolve teoricamente a incapacidade do neoliberalismo de fornecer uma resposta econômica para os problemas



VICTORIANO, José Manuel Rodríguez. *Líbero*, Ano IV, V. 4, nº 7-8, 2001, p. 28-37

dos países e da economia internacional. Por último, Maria Poveda e Antonio Santos, em seu artigo "El mercado de trabajo devastado: procesos de flexibilización a la española", no segundo número da revista *Arxius de Sociologia*, fazem um percurso sistemático pela face oculta da modernização espanhola, descrevendo as transformações do neoliberalismo no mercado de trabalho e seus vínculos com os processos de exclusão social.

¹⁵ Cornelius Castoriadis, Contre le conformisme généralisé, em *Le Monde Diplomatique*, Aout, 1988, p. 22-23.

¹⁶ L. E. Alonso, Los nuevos movimientos sociales en la sociedad del riesgo, *Agora*, n. 1, p. 55.

¹⁷ Trata-se de um artigo publicado, originalmente, na revista *Archipiélago*, n. 9, 1992, e recompilado, posteriormente, em *A contracorriente*, de 1997.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Luis Enrique. Los nuevos movimientos sociales en la sociedad del riesgo, *Agora*, n. 1, p. 55.

_____, y CALLEJO, Javier. Consumo e individualismo metodológico: una perspectiva crítica. In *Política y Sociedad*, nº16, mayo-agosto 1994, p. 118.

BECK, Ulrich. La irresponsabilidad organizada. In Herman E. DALY, Cristian SCHÜTZE & Ulrich BECK, *Crisis ecológica y sociedad*, Valencia, Germania, 1997, p. 35-54.

BOURDIEU, Pierre. Le néo-liberalisme, utopie (en vie de réalisation) d'une exploitation sans limites. In Pierre BOURDIEU, *Contre-feux*, Paris, Editions Liber Raisons D'Agir, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. Contre le conformisme généralisé, em *Le Monde Diplomatique*, Aout, 1988, p. 22-23.

_____. *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil, 1975.

_____. *Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto*, Barcelona, Gedisa, 1994.

ELLIOTT, Anthony. *Teoría social y psicoanálisis en transición*; sujeto y sociedad de Freud a Kristeva. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1975.

FREUD, Sigmund. *El malestar en la cultura*. Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1988, p. 80.

IBÁÑEZ, Jesús. Hacia un concepto teórico de explotación. em Jesús IBÁÑEZ, *El regreso del sujeto*, Madrid, Siglo XXI, 1994, p. 147-167.

_____. *Por una sociología de la vida cotidiana*. Madrid, Siglo XXI, 1994.

MAFFESOLI, Michel. *Lógica de la dominación*, Barcelona, Peninsula, 1977.

MARTINEZ-ALIER. *L'écologisme y L'economía*, Barcelona, Edicions 62, 1984.

MONTES, Pedro. *El desorden neoliberal* Madrid, Trotta, 1996.

POLANYI Karl. *La grande transformación*. [sem indicação de editora], 1989.

VON FOERSTER, Heinz. *Las semillas de la cibernética*, Barcelona, Gedisa, 1991.

JOSE MANUEL RODRÍGUEZ VICTORIANO
Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología y Antropología Social. Universidad de Valencia (ES). E.mail: Jose.M.Rodriguez@uv.es